



ATA Nº 1/2016

Aos 29 dias do mês de fevereiro do ano 2016, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões, reuniu-se a Assembleia Municipal de Espinho, para a primeira reunião da primeira sessão ordinária do ano de 2016, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Guy Alberto Correia da Costa Viseu e secretariada por José Manuel Carmo da Silva e Maria Alexandra Flor Bastos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia;
2. Tabela de taxas para 2016 e sua fundamentação económico-financeira;
3. Relatório Anual de Atividades da CPCJ Espinho - 2015;
4. Propostas que visam prosseguir as atribuições da autarquia;
5. Aprovação das Atas;
6. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal.

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 33.º do Regimento desta Assembleia, a reunião iniciou-se às 21h30 dado que à hora inicialmente designada não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Vice-Presidente, António Vicente de Amorim Alves Pinto estando também presentes os Vereadores, Quirino de Jesus e Leonor Fonseca.

Foi verificada a presença dos **Vogais** Ricardo Bastos Sousa, Ana Paula Pereira Belinha, Paulo Jorge Alves Moreira de Castro, Bernardo Coelho de Lacerda Machado, António Manuel Pinto Oliveira, Luís Miguel Perdigão Carvalho Pinto, Maria Aurora da Costa Pereira Morais e Vingada, Alfredo Domingues da Rocha, Jorge Eduardo da Nave Pina, Pedro Nuno Oliveira Tavares, Henrique José Pedro Cierco, Jorge Manuel Pinto Oliveira Carvalho, Ana Cecília Alves de Campos Lopes Rezende e dos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, Rui Manuel Martins Torres, Manuel de Oliveira Dias e José Marco da Cunha Rodrigues.

Foi dada nota dos pedidos de substituição dos vogais Rita Figueiredo Reis Rola por Maria Susana Gomes de Castro Valente, de José Luís Machado Peralta por Tânia Santos, do Presidente da JF de Anta e Guetim Nuno Pinto de Almeida por Manuel Fernando R.M. Santos, tendo faltado por motivo justificado os vogais José Emanuel Teixeira Carvalhinho, Rosa Martins de Freitas Duarte.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião iniciando os trabalhos com a leitura de um e-mail da vogal Manuela Alexandra Miranda Pinto Vilares da Silva a comunicar a sua demissão de militante do BE e a informar que não pretendia continuar a representar mais o partido. O Presidente da Assembleia Municipal referiu que entraria em contacto com a vogal para informá-la que devia apresentar, por escrito, manifestação de vontade de renúncia ao mandato para o qual foi eleita para a Assembleia Municipal do quadriénio 2013 – 2017 e de que a sua substituição seria efetuada pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista uma vez que o e-mail recebido não o referia.

Deu conhecimento também do ofício da DGAL referente ao apuramento do endividamento municipal a 31/12/2014 e aos limites definidos pela lei para o mesmo ano bem como da resposta dada à DGAL pela Câmara Municipal.

Os trabalhos prosseguiram com os assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia com um Voto de Pesar apresentado pela Junta de Freguesia de Anta e Guetim, do seguinte teor: **"Voto de Pesar - Falecimento de Joaquim Rodrigues Duarte:** No passado dia 12 de fevereiro faleceu Joaquim Duarte, um destacado guetinense que dedicou parte da sua vida à causa comum e ao desenvolvimento da comunidade e do território de Guetim. Joaquim Rodrigues Duarte nasceu em Guetim, a 21 de outubro de 1945. Dadas as dificuldades de vida em Portugal no pós-guerra, emigrou em 1962 para a Venezuela, com 16 anos de idade. Em outubro de 1973, constituiu uma sociedade de mecânica de automóveis, iniciando uma carreira de sucesso e expansão, contando com uma carteira de clientes empresariais de relevo, como companhias aéreas, empresas de transporte e entidades governamentais. Na Venezuela, Joaquim Duarte dedicou-se também a uma paixão de toda a sua vida: o futebol, destacando-se enquanto atleta com as suas prestações no Atlético de Santa Maria e no Lusitano Futebol Clube. Não se adaptando ao modo de vida venezuelano, em 1982 regressou ao nosso país. Em Portugal, foi convidado para integrar a direção da seção de futebol do Grupo Cultural de Guetim, onde assumiu a função de treinador da equipa de futebol durante algum tempo. Nesta atividade, demonstrou bem as suas capacidades de organização e eficácia no cumprimento de objetivos, bem como o seu dinamismo e capacidade de mobilização. Ainda no movimento associativo, foi também membro da Assembleia-Geral da Associação Columbófila de Guetim. Em 1986 aceitou o convite de membros locais do Partido Social-Democrata para encabeçar a lista candidata às eleições autárquicas desse ano, concorrendo como independente. Sagrando-se vitorioso no sufrágio, dedicou-se de forma empenhada à causa comum, durante dois mandatos, entre 1986 e 1994, iniciando um período de renovação e desenvolvimento da freguesia. Gerindo uma equipa de trabalho coesa e dedicada, e com o respeito conquistado junto dos autarcas municipais da altura, conseguiu concretizar, no período da sua gestão, algumas das infraestruturas mais relevantes da freguesia, como a capela mortuária e a expansão do cemitério local, o pré-primário, a aquisição do terreno para o futuro complexo desportivo, a



iniciação da rede de saneamento básico e água pública, a política de construção de passeios, a construção da ponte da Picadela e a elaboração de dois planos de ordenamento do território. Pelo seu trajeto empresarial, associativo, cívico e político, pela sua ação em prol da comunidade guetinense, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 29 de fevereiro de 2016, na sua 1ª sessão ordinária, de 2016, apresenta as suas mais sentidas condolências à família de Joaquim Duarte, associando-se à sua dor, que é também a nossa.”

Intervenções:

Alfredo Rocha (PS) disse que no tempo em que o Sr. Joaquim Duarte estivera frente aos destinos da freguesia fora seu colaborador durante 8 anos, pelo que não podia deixar de vir demonstrar o seu regozijo por ter trabalhado com ele. Não fora Presidente da Junta de Freguesia mas trabalhador do órgão autárquico que estava sempre ao seu serviço. Desenvolvera um trabalho meritório na freguesia e os guetinenses ficar-lhe-iam eternamente gratos pelo seu trabalho uma vez que impulsionara e desenvolvera bastante a freguesia. Ficaria sempre na sua memória.

Votação: Aprovado por unanimidade

CDU (Ana Rezende) “Saudação Dia Internacional da Mulher: Considerando que: A comemoração do Dia Internacional da Mulher não deve ser reduzida à comemoração de um evento histórico, nem deve ser confundida com o festival ridículo e comercial a que o capitalismo desenfreado o votou mas, antes à comemoração de 159 anos de luta contínua pela afirmação da mulher na sociedade pela igualdade de género, com vista à melhoria das condições básicas e necessárias a uma vida condigna. A maioria do universo dos desempregados é composta por mulheres, observando-se um acentuado aumento na população feminina, designadamente na procura do primeiro emprego. As mães trabalhadoras encontram cada vez mais obstáculos ao exercício do direito à maternidade e direitos dela decorrentes, por direta penalização na obtenção de emprego, manutenção do posto de trabalho e/ou progressão na carreira. Os valores dos salários, pensões de invalidez e de velhice das mulheres são inferiores aos dos homens para iguais competências, tarefas, funções e tempo de carreira contributiva. O aumento do custo de vida, em resultado dos sucessivos Orçamentos de Estado de 2012, 2013, 2014 e 2015, nomeadamente nos preços de bens alimentares de primeira necessidade, na energia, na saúde, no ensino, na justiça, agravaram em muito as despesas das famílias, sendo que é ainda à grande maioria das mulheres que cabe a árdua tarefa de gestão do orçamento familiar. A maior dificuldade no acesso aos cuidados básicos de saúde, quer pela cobrança de taxas moderadoras, quer pelo aumento dos preços de medicamentos, quer pela diminuição ou mesmo ausência das comparticipações, quer pela redução do número dos profissionais de saúde, quer pela restrição à prescrição de exames e meios complementares de diagnóstico que atingem muito particularmente as mulheres, pela inquestionável necessidade

de, com regularidade, fazerem mamografias, citologias ecografias vaginais, ecografias mamárias e densitometrias. O aumento da pobreza e da exclusão social, de todas as formas de violência incluindo a violência doméstica, da prostituição e do tráfico de pessoas, dos problemas das pessoas imigrantes ou com deficiência, atingem de forma mais premente e dramática as mulheres, expondo-as a uma maior vulnerabilidade e desigualdade perante a sociedade. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida na sua sessão de 29 de fevereiro de 2016, delibera: 1. Saudar todas as mulheres, celebrando o Dia Internacional da Mulher como uma homenagem à luta continua pelos direitos das mulheres. 2. Reclamar políticas que garantam a mulheres e homens uma vida digna e impeçam a discriminação, contribuindo para um país justo e equilibrado.”

Intervenções:

Ricardo Sousa (PSD) disse que aquele género de documentos apresentados pela CDU deixariam de ter o seu voto favorável. A parte deliberativa era enxuta ao contrário dos considerandos. Quando os documentos tinham algum equilíbrio, alguma contenção e ponderação na forma em como faziam críticas ainda poderia aceitá-los. Parecia-lhe importante que fosse corrigida a parte do documento em que se falava dos Orçamentos de Estado de 2012, 2013, 2014 e 2015. Compreendia que não falassem do orçamento de 2010, no qual iniciaram-se os cortes na função pública, aumentara-se o IVA, portanto um orçamento de grandes conquistas civilizacionais para a mulher portuguesa. No entanto era inaceitável não falar do orçamento de 2011 pelo menos do 2º semestre, uma vez que já não era do PS, mas da exclusiva responsabilidade do PSD e do CDS, pelo que não fazia sentido não ser incluído nos orçamentos que agrediam as mulheres.

Ana Rezende (CDU) disse, em defesa da honra, que relativamente à análise que o vogal Ricardo Sousa quisera fazer, só tinha a agradecer-lhe o seu ato de contrição, onde reconhecia publicamente as sevícias e os crimes que os orçamentos levados a cabo pelo seu partido e pelo CDS fizeram a toda a sociedade. Relativamente à menção de estar balizado entre 2012 e 2015, disse que poderia ter ido até mais tarde porque o País durante cerca de 40 anos tinha vivido sob a batuta alternada do PSD, CSD e também PS. A CDU não se revia e nunca se reveria nas políticas muito marcadamente levadas a cabo pelo partido do vogal Ricardo Sousa, e que continuaria a lutar contra elas.

Jorge Pina (PS) disse que o PS perfilava o que constava do documento pelo que votá-lo-ia favoravelmente.

Jorge Carvalho (CDU) gostaria que lhe demonstrassem que os considerandos do documento eram falsos. O único ponto em que o vogal Ricardo Sousa estava contra era a referência aos orçamentos de 2012 a 2015. Pelo menos nos últimos 4 anos, os preços dos alimentos, da



energia, da saúde, do ensino, da justiça agravaram as despesas familiares pelo que não compreendia o choque. Perguntou se o vogal Ricardo Sousa não reparara que, há anos que o custo de vida vinha a aumentar, que houvera um aumento da pobreza e da exclusão social, que aumentara a dificuldade de acesso aos cuidados de saúde, que os salários não acompanhavam o custo de vida. Pretendia-se a reclamação de políticas que garantissem uma vida digna e impedissem a discriminação, um país justo e equilibrado.

Aurora Morais (PS) disse estar desiludida com aquela Assembleia e lembrou que o dia 8 de março era festejado como Dia Internacional da Mulher pelo facto de naquele dia, há muitos anos, nos Estados Unidos, um grupo de mulheres reivindicar a redução do horário de trabalho para 12 horas por dia. Por aquele motivo todos sabiam que cerca de 150 mulheres foram queimadas vivas. Cobia-lhes não esquecer aqueles factos, uma vez que eram muito importantes para as suas consciências humana e política. Era um dia de homenagem às mulheres pelas conquistas conseguidas. O referido no primeiro ponto era muito importante e concordava totalmente com ele. O que constava do documento era a mais pura verdade.

Ana Rezende (CDU) disse que o documento tinha a ver com a luta pelos direitos humanos, que não podiam ter raça, género, religião, convicções políticas ou ideológicas, e que, todos os dias, sobretudo na população feminina, viam esmagados, violentados e ultrapassados. Sobre o ponto 5 podiam referir-se a sucessivos orçamentos de estado dos últimos 38 ou 39 anos, mas não acreditava que fosse aquela a questão. Se a intervenção fosse séria e no sentido de propor ou alterar alguma coisa ao documento, teria sido feita noutros moldes.

Presidente AME disse que tinha o máximo respeito pelas mulheres de todo o mundo e pela sua luta difícil, não só no âmbito do trabalho, familiar, social, etc., pelo que estava solidário que não se fizesse da comemoração daquele dia uma mera fantochada ou que se tentasse, como fazia o documento, dar algum carácter sectário à comemoração do dia da mulher. O primeiro ponto dos considerandos do documento era perfeitamente pacífico. O segundo ponto correspondia à verdade desde há muitos anos. Em 1975 a percentagem da população feminina desempregada era muito maior do que na atualidade ou de que nos anos de 2012 a 2015. O referido no ponto 3 também já foi muito pior e não era dos orçamentos de 2012 a 2015 que ressaltavam aquelas consequências. Estava de acordo com os princípios enumerados, mas não concordava com pretenderem correlacionar aqueles princípios com o período de 2012 a 2015, pelo que ao manterem a referência aquele período temporal não podia votar o documento favoravelmente.

Jorge Carvalho (CDU) protestou porque o documento não referia em lado algum que as dificuldades das mulheres resultaram dos orçamentos. Referia que o aumento do custo de vida resultante dos aumentos na saúde, no ensino (propinas), nas taxas da justiça, na energia agravara as despesas familiares, sendo que aqueles aumentos resultaram dos orçamentos. O

pretendido era a eliminação das dificuldades para as mulheres. O documento não fora feito para ser uma crítica ao último governo.

Presidente AME disse que era verdade que no período referido houvera um aumento do custo de vida e que os portugueses passaram grandes dificuldades sobretudo até 2014, mas isso fora um esforço de toda a população e naquele documento não estavam a falar do povo português. Os orçamentos referidos não agravaram a vida das mulheres de maneira diferente da restante população portuguesa.

Rui Torres (Presidente JF Espinho) disse que estavam a discutir o mesmo documento há já demasiado tempo. Embora considerasse o Dia Internacional da Mulher um acontecimento importante existiam outros assuntos a analisar.

Ana Rezende (CDU) releu o parágrafo alusivo aos Orçamentos de Estado de 2012, 2013, 2014 e 2015. Disse que estavam todos de acordo que aqueles foram os orçamentos da austeridade e era evidente que toda a população e o povo português sofreram com aqueles orçamentos como referira o Presidente da AME. Em 1975, até por via da guerra colonial, a taxa de desemprego das mulheres em Portugal, não era maior do que agora. As condições do povo português depois do 25 de abril tinham melhorado, mas nos últimos anos, aconteceram diversos fatores. As mulheres, nas situações de convulsão social, crise económica e de guerra, eram mais vulneráveis, ainda muito pelo papel de dependência económica dos homens mas também pela tarefa que ainda tinham de cuidar da família. No trabalho, mesmo nos cargos mais altos, uma mulher com o mesmo curriculum, os mesmos estudos, as mesmas competências e as mesmas funções que um homem, ganhava menos 15 a 20%. Decorria de uma política profundamente errada e que tinha de ser combatida. Era uma questão de direitos humanos. O que pretendiam colocar no documento não estava lá nem no espírito nem na letra.

Jorge Pina (PS) disse que em homenagem às mulheres que, nas empresas, pelos empresários, eram proibidas de engravidar sob pena de serem despedidas; que eram obrigadas a ficar em casa para tomar conta dos filhos gravemente doentes e às quais no final do mês queriam descontar aquelas horas; que eram discriminadas no seu posto de trabalho relativamente aos homens; que trabalhavam 14, 15 e mais horas por dia, contando com as horas de trabalho em casa, como mães, como esposas; em homenagem às mulheres que estavam naquela Assembleia votava a favor.

Marco Rodrigues (Presidente JF Silvalde) disse que estava a perder-se muito tempo com um documento embora o considerasse importante. Não lhe parecia correto misturar uma saudação daquelas com política. Disse que, na sua empresa, tinha uma engenheira civil que ganhava o dobro dos outros funcionários e isso tinha a ver com as competências de cada um. Na sua opinião, as mulheres já não eram discriminadas na atualidade.



Jorge Carvalho (CDU) disse que a CDU aceitava alterar a saudação, pelo que, onde constava "...dos sucessivos Orçamentos de Estado *de 2012, 2013, 2014 e 2015...*" passará a constar "... dos sucessivos Orçamentos de Estado *dos últimos anos...*".

Colocado à **votação** com a alteração efetuada, o documento foi aprovado por unanimidade.

PS (Alfredo Rocha): "Moção - Pela reposição da Freguesia de Guetim: Decorridos três anos após a agregação/extinção de freguesias, concretizada com a Lei nº 11-A/2013, verifica-se que as melhorias propagandeadas com esta lei, que é completamente contrária à vontade quase unânime dos guetinenses, são inexistentes. A destruição da relação de proximidade com as populações é uma realidade inegável e um atentado ao Poder Local e ao Estado de Direito. O Sr. Primeiro-Ministro António Costa, sempre se mostrou disponível para analisar e reverter algumas das agregações que foram feitas contra a vontade do povo e dos seus órgãos autárquicos; Mais recentemente, o Sr. Ministro-Adjunto Dr. Eduardo Cabrita, em reunião com a Direção da Anafre, disse estar disponível para conjuntamente com esta, os Municípios e Juntas de freguesias que não aceitaram a agregação poder reverter algumas situações. Por outro lado, a Carta da Autonomia Local, ratificada por Portugal em 1990, refere que nenhuma freguesia pode ser extinta ou agregada parcial ou totalmente a outra sem que sejam ouvidas as populações. Este compromisso anteriormente assumido não foi respeitado, pelo que nos encontramos perante uma violação grave que não pode, de forma alguma, ser ignorada. A juntar a estas evidências, será importante recordar que nas últimas eleições autárquicas todas as forças políticas afirmaram o objetivo de manter a identidade de Guetim e a sua autonomia. Esta anunciada vontade é inegavelmente contrária à perda de autonomia que hoje é uma realidade em Guetim e à aparente apatia de algumas forças políticas do concelho para tentarem inverter esta penosa realidade. Os guetinenses sentem-se desconsiderados, feridos, humilhados e vilipendiados pela forma como esta Lei lhes foi imposta. A história fala por si. Antes de Portugal ser uma realidade enquanto país Guetim era já referido, em 1025 como "Villa Ecclosiale", nunca será demais referir que em tempos foi também escolhida pelo Bispado do Porto para a plantação de um celeiro que tinha como objetivo receber os impostos das freguesias vizinhas. O sentido de pertença desta comunidade à sua terra, vem portanto de longe, pelo que esta reforma é também um vil atentado não só à herança histórica local mas também nacional na qual Guetim representou um papel relevante sendo citada em documentos de D. Manuel I e, posteriormente, nas memórias paroquiais de 1758. Poderíamos abordar ainda o pioneirismo das suas gentes a quando da Implantação da República, já que Guetim foi uma das primeiras freguesias a estabelecer a separação entre o poder religioso e o poder político decorrente da Lei de Separação das Igrejas e do Estado de 1911. Por razões éticas, morais, culturais, históricas, legais políticas e sociais, os órgãos autárquicos do nosso concelho devem reafirmar o seu apoio incondicional às populações de Guetim e manifestarem a sua solidariedade e o seu compromisso de fazerem tudo o que esteja ao seu alcance para inverter

esta situação que, até hoje, nenhum benefício trouxe às populações. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida na sua sessão de 29 de Fevereiro de 2016, reafirma a sua solidariedade à população de Guetim e manifesta a sua viva vontade de voltar a ter no Concelho de Espinho a Freguesia de Guetim com a sua autonomia.”

Jorge Carvalho (CDU) manifestou o seu apoio à moção, sugerindo que fosse acrescentada a palavra *em breve* na última frase do documento passando a ler-se “... a sua viva vontade de voltar *em breve* a ter no Concelho de Espinho...”. O problema não era desfazer o que outros fizeram mas era desfazer o mal que outros fizeram. Corrigir o mal era um bem. Na Assembleia Municipal fora votada, por unanimidade, a não agregação de Guetim a Anta, no entanto, na Assembleia da República, o Dr. Luis Montenegro votara a favor da agregação, ao contrário do que fizera na Assembleia Municipal. Guetim fora desnecessariamente e inutilmente agregado. Não resultara vantagens nem para o País, nem para o Concelho, nem para a Freguesia, nem para ninguém.

Ricardo Sousa (PSD) disse que a posição do PSD naquela Assembleia Municipal era conhecida, bem como a posição assumida pela Câmara Municipal por altura da reforma administrativa, pelo que não valia a pena justificar muito o voto favorável que o PSD daria aquele documento. Disse que não tinha nada contra a oportunidade e até o teor do documento, mas a referência histórica era meramente pedagógica. Era natural de um Concelho com uma história relativamente recente, não se sentindo diminuído por aquele facto, não considerando que fosse um fator de inibição do que considerava serem os direitos do concelho de Espinho. Existiram muitas localidades que já foram sede de município e que na atualidade já não eram. Na primeira metade do séc. XIX foram extintos quase 500 concelhos, alguns com raízes históricas muito fortes e antigas. Referiu que a reforma administrativa iniciada em 2012 decorria de um memorando de entendimento que o PS assumira, o qual no seu ponto 3.44 referia o seguinte: “...reorganizar a estrutura da Administração Local. Existem atualmente 308 municípios, 4259 freguesias. Até julho de 2012, o Governo desenvolvera um plano de consolidação para reorganizar e reduzir significativamente o n.º destas entidades.” Na altura o Governo optara por reduzir apenas o n.º de freguesias. A população de Espinho, nomeadamente a de Guetim, não estivera de acordo com a agregação e uma vez mais naquela Assembleia reafirmariam a necessidade de reversão daquela decisão. Cumprimentou o vogal Alfredo Rocha pela sua coragem, uma vez que fora eleito pelo PS, que se comprometera com a redução do n.º de municípios e de freguesias e tinha atualmente a oportunidade, acolitado pelos partidos amigos do governo, para reverter a decisão e dar o dito por não dito num compromisso assumido e assinado. Fazia votos para que a coragem do Vogal Alfredo Rocha não lhe falhasse no dia em que, se o governo nada fizesse, tirasse as suas ilações políticas daquela decisão.



Jorge Pina (PS) disse que desmentia categoricamente a intervenção feita pelo vogal Ricardo Sousa. O que constava do memorando da Troika, que fora assinado pelo PS e também pelo PSD, era que existia a reforma administrativa em que era necessário a redução dos 308 municípios, do n.º de deputados na Assembleia da República e do n.º de funcionários na Administração Pública, nomeadamente dos quadros superiores. Disse que o Ministro Relvas conseguira que a Troika não mexesse nos concelhos, reduzindo o n.º de freguesias, apesar da ANAFRE ter demonstrado que, no orçamento de Estado, as freguesias representavam apenas 0,1% da despesa pública. Era nas freguesias que havia mais proximidade entre a população e os autarcas. Fora a pior coisa feita a seguir ao 25 de Abril.

Ricardo Sousa (PSD) leu até ao final o referido no ponto 3.44 do memorando de entendimento, o qual fora assinado apenas pelo PS, não querendo dizer que não tivesse tido o acordo do PSD e do CDS. Na sua intervenção anterior não dissera qualquer mentira.

Aurora Morais (PS) disse que o parágrafo do memorando era concluído com *"tendo em vista a eficácia e a eficiência"*. A verdade era que reduziram-se as freguesias, mas não se obtivera absolutamente nenhuma eficácia, eficiência, nem ganho no Orçamento de Estado. O que estava em causa era a autonomia local. Estivera sempre solidária com os Guetinenses. Sugeriu que fosse incluída na moção uma solicitação de reunião com o Ministro-adjunto para, de uma forma mais direta, mais eficaz e com mais determinação, lutarem pela justeza da Freguesia de Guetim.

Susana Valente (PSD) disse que, quer o grupo do PSD quer o executivo Municipal, sempre defenderam a reposição da freguesia de Guetim e que, como Guetinense, subscrevia claramente o documento. Deviam aproveitar aquela altura, apoiando e fazendo força para que a freguesia de Guetim fosse novamente reposta.

Rui Torres (Presidente JF Espinho) disse que fazia parte dos órgãos sociais da ANAFRE e que, no congresso realizado em novembro, tomara-se a decisão de devolver a voz às freguesias que não se pronunciaram sobre a reorganização administrativa. Discutiu-se a autonomia do poder local, a reorganização administrativa e a descentralização, o financiamento das Autarquias Locais e o Estatuto do Eleito Local. No seguimento de um inquérito feito às freguesias pelo Núcleo de Estudos da Universidade do Minho, foram apresentadas as respostas dadas sobre a eficiência e eficácia da reorganização administrativa, sendo que 40% das freguesias não sentiram nenhuma alteração, 30% consideraram que melhorara e as restantes 30% que piorara. No âmbito do Orçamento de Estado para 2016 havia a registar, de forma positiva, uma efetiva consagração da autonomia do poder local e a extensão do regime de permanência aos eleitos locais para além dos Presidentes de Junta. Existia um grupo de trabalho a estudar a redução de municípios e a analisar as competências das freguesias e dos

municípios para entrar em vigor no próximo mandato. Informou ainda que, no corrente ano, comemoravam-se 40 anos do poder local em Portugal.

Alfredo Rocha (PS) referiu que concordava com as sugestões de alteração ao documento apresentadas pelo vogal Jorge Carvalho para introdução da palavra breve e pela vogal Aurora Morais para pedido de marcação de uma reunião com o Ministro-adjunto. Respondendo ao Vogal Ricardo Sousa disse que as ilações que retiraria, se o PS também fizesse tábua rasa, seriam as mesmas que retirou quando o PSD fizera uma reforma a régua e esquadro.

Votação: aprovado por unanimidade.

Nos termos regimentais, deu-se por encerrada a reunião, procedendo-se à marcação de nova reunião para continuação dos trabalhos para o dia 07 de março de 2016, pelas 21h00.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 4 do artigo 60.º do Regimento desta Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 60.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Funcionária Municipal,
